

Neste caso, há uma injustiça. Existe uma distorção que não podemos aceitar de forma alguma. Somos legisladores e lutamos muito pela democracia, democratização deste País e igualdade de todos.

A Polícia Técnico-Científica e os médicos legistas têm todo o direito de receber aquilo que outros - nas mesmas condições de trabalho, como os delegados de polícia - recebem.

Rendo as nossas homenagens aos peritos e médicos legistas. Que eles continuem trabalhando muito pela nossa cidade, nosso estado, nosso País e pelo nosso povo, principalmente por aqueles que são molestados, agredidos, assassinatos e sofrem os delitos em um país mergulhado nesse grau de violência inconteste.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Nobre deputado Jooji Hato, conte com o meu apoio. Tenho certeza de que os colegas desta Casa farão o mesmo com a sua proposta.

Gostaria de fazer um apelo ao governador Geraldo Alckmin a respeito da criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Tenho lutado muito para que isso aconteça. Tenho a firme convicção de que a criação da região metropolitana irá propiciar, sem dúvidas, um estudo conjunto dos problemas dos municípios que integram tal região.

Assim, será possível gastar menos e concretizar as justas reivindicações desses municípios. Governador, a informação que temos é a de que o estudo técnico para a criação da região metropolitana está pronto. Os técnicos deram parecer favorável e estão indicando a V. Exa. que deve ser criada a região metropolitana de Ribeirão Preto. Então, atenda ao nosso pedido, Sr. Governador. É o apelo que faço desta tribuna.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para comunicar a todos que foi protocolado ontem, pelo Poder Executivo, o PLC nº 51, que trata de uma alteração na Lei nº 1.093, de 2009, que infelizmente foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa e que trouxe sérios prejuízos para a Educação Estadual e, sobretudo, para o Magistério paulista.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Essa alteração trata da contratação precarizada dos professores da categoria "O". Ela veio tardiamente, Sr. Presidente, pois, desde 2009, quando a lei foi aprovada, estávamos lutando para que ela fosse alterada e isso só aconteceu agora, após uma greve de 92 dias.

O Magistério estadual fez uma grande paralisação e revelou ao Brasil inteiro como o governador Geraldo Alckmin contrata os professores no estado de São Paulo: é um contrato de um ano seguido por uma duzentena, quando o professor fica fora da rede durante praticamente um ano. É uma contratação que expulsa os professores do Magistério estadual. É um verdadeiro absurdo, pois estamos com falta de professores. Temos aqui uma lei, a Lei nº 1.093, que desestimula e praticamente expulsa os professores da rede estadual. Temos quase 40 mil professores nessa situação.

O fato é que houve muita pressão do Magistério e de nossa parte também. Nós denunciamos quase semanalmente e exigimos a mudança da lei, mas só agora veio um projeto. Ele está muito longe de resolver essa situação; ainda assim, foi fruto dessa mobilização. O projeto está aqui, em regime de urgência, e traz apenas duas alterações que ainda não dão conta de atender às reivindicações do Magistério.

A primeira delas é em relação ao aumento do tempo de contratação, que hoje é de um ano. De acordo com o projeto, ele será estendido para três anos. Será uma contratação de três anos, com possibilidade de prorrogação por mais um ano. Então, seriam quase quatro anos de contratação do professor da categoria "O".

Além disso, temos a duzentena, que são aqueles 200 dias em que o professor fica afastado da sala de aula e da escola, sem receber o salário, inclusive. Ele fica desempregado e o aluno fica sem aula. É um absurdo que uma legislação possa funcionar dessa maneira. Esses 200 dias foram reduzidos para 180 dias.

O projeto traz essas duas mudanças. Ele não inclui os professores da categoria "O" no lamspe, ou seja, os professores da rede estadual continuam sem assistência médico-hospitalar. O estado entende que o professor da categoria "O" não merece ter atendimento médico, que esse professor não fica doente. Talvez o governo imagine que, com o salário aviltante que esse professor recebe, ele possa pagar algum tipo de convênio médico. É por isso que o governador não atendeu a essa reivindicação importante, que seria a inclusão dos professores da categoria "O" no lamspe, para que eles pudessem utilizar, por exemplo, o Hospital do Servidor Público.

Por tudo isso, já estamos preparando emendas. Nós temos quatro reivindicações em relação aos professores da categoria "O". Já apresentamos projetos de lei e já fomos ao Ministério Público contra essa aberração jurídica que é a Lei nº 1.093, mas agora, logicamente, estamos apresentando alterações a esse projeto, que é muito ruim e muito fraco. Ele não atende às reivindicações exigidas pelos professores e pelo Magistério.

E o que estamos propondo com as nossas emendas? Primeiramente, a inclusão dos professores da categoria "O" no lamspe, para que eles tenham direito à assistência médico hospitalar do Hospital do Servidor Público. Segundo, o fim da duzentena: não queremos quarentena, 180 dias, duzentena, defendemos a extinção total desse intervalo. Não há necessidade para esse intervalo.

Outro ponto que levantamos foi em relação à contratação por tempo indeterminado. Não tem sentido contratar um professor por apenas três anos, precisamos voltar à situação anterior à aprovação da Lei nº 1093, voltando à Lei nº 500, de 1974, que é a lei antiga, mas que é muito melhor do que a Lei nº 1093, segundo a qual os professores categoria "O", ACT, e Ofa, ficam no cargo até a vinda de um professor efetivo, concursado, que tenha prestado concurso de provas e títulos.

Quando esse professor assume as aulas, o outro sai, porque não é concursado, mas tirar esse professor depois de 1, 2, 3, 4 anos é um absurdo, ele fica sem as aulas, sem emprego, sem salário e os alunos ficam sem as aulas desse professor, porque não há quem o substitua.

Assim, estamos fazendo uma alteração nesse PLC nº 51, para que ele atenda de fato as reivindicações do Magistério estadual. É um absurdo o governador não ter incluído os professores categoria "O" no lamspe. O professor não pode ter assistência médica, imaginem que o governador Alckmin proíbe praticamente 40 mil professores da rede estadual de terem acesso a consultas médicas no Hospital do Servidor Público. Parece-me que o governador acha que o professor categoria "O" não adoece, não tem direito a atendimento médico-hospitalar. É um absurdo, é um crime.

O governador poderia ter feito isso no projeto, não sei por que não fez. Já havíamos apresentado essa proposta, não só nosso mandato, mas outros deputados também, propostas já foram aprovadas aqui e vetadas pelo governador.

Assim, gostaria de fazer esse registro. Vamos continuar pressionando o Governo para que ele atenda às reivindicações do Magistério, sobretudo alterando de verdade a Lei nº 1093 e incluindo esses tópicos que eu coloquei aqui no PLC nº 56. Peço o apoio de todos os deputados para que nossas emendas sejam aprovadas em caráter de extrema urgência.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grata satisfação de, em nome de todos os deputados, saudar todos os idosos, porque hoje é dia internacional do idoso no Brasil.

Aqui no Brasil temos uma qualidade de vida não tão boa quanto em outros países. Temos um custo de vida subindo muito nos últimos anos segundo a Fundação Getúlio Vargas e queremos dizer que quem não conta com a Saúde Pública enfrenta o grande vilão da vida financeira depois dos 60 anos: o plano de saúde, que sofre uma majoração absurda em função da idade. Quanto mais idade, mais você paga no convênio. E, quem não paga convênio, vai ter muita dificuldade no atendimento médico-hospitalar.

Então, quero dizer que o idoso em nosso País recebe de prejuízo, teoricamente dizendo, ao menos 8% da sua renda com plano de saúde. Fora isso, o idoso não é respeitado em nossa sociedade, não é respeitado dentro do ônibus, dentro do trem, ninguém dá lugar a idosos, diferentemente de outros países que respeitam, idolatram aquelas pessoas que viveram muito.

Em nosso País os idosos ficam na solidão, à mercê da sorte, fora os marginais. Os marginais preferem atacar um idoso, roubar, até assassinar e bater em um idoso, porque eles são mais inofensivos, têm, fisicamente falando, menos energia e força. Os malandros e bandidos sabem disso e se aproveitam.

Assim, quero, mais uma vez, em nome de todos os deputados, render nossa sincera homenagem aos idosos do nosso País, que sofrem muito mais do que em outros países.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos que nos acompanham aqui no plenário e àqueles que nos acompanham de casa. Sr. Presidente, vou falar de uma parcela de trabalho da polícia de São Paulo que também envolve o idoso. Eu gostaria que nossa assistência projetasse o slide, que mostra os três princípios básicos que regem a Polícia Militar de São Paulo. Ou seja, tudo o que a polícia faz está norteada por esses três princípios. O primeiro deles é o respeito aos direitos humanos, respeito às pessoas. Aqui, Sr. Presidente, faço coro a V. Exa. quando fala do idoso. Nós que estamos hoje aqui dependemos de alguém que já passou por aqui. Na nossa instituição, valorizo muito nossos veteranos. Estou com um grupo de veteranos da Polícia Militar agora em meu gabinete, dentre os quais nosso amigo Inocêncio. A ideia é discutirmos algumas questões para prestar respeito aos nossos veteranos. Sr. Presidente, parabéns pela lembrança do dia do idoso.

O segundo princípio fundamental da polícia é a polícia comunitária, ou seja, trabalhar interagindo com o cidadão, através dos Conselhos, do patrulhamento e do policiamento comunitário, buscando soluções mais perenes de Segurança pública. O terceiro é a gestão pela qualidade, ou seja, trabalharmos com as melhores práticas, o que envolve o uso de tablet na viatura, armamento de ponta, colete e plano de policiamento baseado nos sistemas inteligentes.

Mas hoje é aniversário da polícia comunitária, motivo pelo qual vou me deter nesse tema. Parabéns ao coronel Kenji pela solenidade que fez hoje, em que premiou muitas pessoas da nossa sociedade com a medalha do mérito comunitário. São as pessoas que voluntariamente contribuem para a Segurança pública. Foi uma solenidade muito bonita no auditório do Copom da Polícia Militar de São Paulo, onde pessoas foram homenageadas. Mas dou destaque aos Conslegs - Conselhos Comunitários de Segurança. O coronel Kenji parabenizou os integrantes dos conselhos, pessoas que trabalham voluntariamente, reunindo-se uma vez por mês. Foi uma grande ideia do governador Franco Montoro, que até hoje dá resultado. Só para termos uma ideia de como a polícia comunitária é importante, existe uma diretoria da polícia para cuidar dos dois primeiros itens: Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

O policiamento comunitário tem vencido barreiras na nossa sociedade. Se temos indicadores pequenos, é porque conseguimos trabalhar com inteligência, não com enfrentamento, fazendo a melhor prevenção. O que derruba o indicador criminal é a prevenção. O indicador cai porque o crime não acontece. E prevenção se faz com boa informação. Quem tem a boa informação? O cidadão de São Paulo. Como essa informação pode chegar à polícia? Através da polícia comunitária, ou seja, através da interação entre a polícia e o cidadão, trazendo a matéria-prima da inteligência, que é a informação.

Deixo aqui meus parabéns aos coronéis Kenji e Ricardo Gambaroni pela condução da nossa polícia, fazendo com que a polícia comunitária seja um dos princípios fortemente seguidos dentro de nossa instituição. E, por fim, parabéns a todos os policiais militares do estado de São Paulo. Contem conosco para defendê-los. Sei que estamos numa fase um pouco difícil de negociação com o governador, mas sei que virá esse reconhecimento por parte de Geraldo Alckmin para a Polícia Militar. Que Deus nos proteja, e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, tenho que fazer um registro em relação à famosa pátria deseducadora do governo federal.

Já fiz dois pronunciamentos aqui hoje, este é o terceiro. Nos dois primeiros, fiz críticas severas ao governador Geraldo Alckmin e à destruição da escola pública. Parece que a destruição da Educação pública virou uma meta, que está no repertório de vários governos, federal, estaduais e municipais.

Somos coerentes com nossa crítica. Criticamos ostensivamente o que o governo Alckmin vem fazendo com a Educação no estado de São Paulo. Ele aposta na plena destruição da escola pública. Todos os projetos são para acabar, sucatear e degradar de vez a educação estadual.

Não posso deixar de registrar aqui a pátria deseducadora. É um absurdo o que está acontecendo em Brasília. A presidente Dilma Rousseff, do PT, trocou novamente o ministro da Educação. Já é o terceiro ministro em dez meses de governo.

O Ministério da Educação, o MEC, virou apenas uma moeda de troca. É um espaço que é negociado para que ela tenha maioria no Congresso Nacional e não sofra o processo de impeachment.

Primeiro foi o Cid Gomes, que não tinha nenhuma experiência, nenhuma razão de ser para ser nomeado ministro da Educação. Acabou tendo um enfrentamento com o Eduardo Cunha e teve que sair.

Assumiu um professor da Universidade de São Paulo que não estava envolvido com nenhum partido político, com o processo partidário. Talvez tenha sido a melhor nomeação da presidente Dilma Rousseff até agora, o Renato Janine, professor de filosofia da USP, que tem todo um histórico.

Agora ele foi retirado porque a presidente da República precisa acomodar o ministro da Casa Civil, que saiu, por muita pressão, inclusive do Lula e do PT. Segundo as críticas, ele era um desagregador. Ela então coloca esse desagregador no Ministério da Educação. Prêmio de consolação para o Aloizio Mercadante, a pasta de Educação.

Isso mostra o desprezo com a Educação pública. É moeda de troca, é um ministério apenas para acomodar as pessoas que estão no jogo político de Brasília, para que haja a famosa governabilidade.

Quero lamentar, repudiar, que um ministério tão importante como esse tenha virado moeda de troca, como também acontece com o Ministério da Saúde. Aliás, com todos os ministérios, mas o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde não podem ser moedas de troca para reforma ministerial, para que a Presidência da República tenha maioria no Congresso Nacional.

Esses deputados, essas pessoas que estão sendo nomeadas, muitas delas não têm competência técnica, administrativa e moral - sobretudo - para estarem nessas pastas. A presidente Dilma Rousseff está nomeando - me parece - um deputado federal do PMDB, que não tem nenhum histórico nessa área e que foi financiado pelos planos privados de Saúde, para ser ministro da Saúde. Ela demitiu por telefone o ministro da Saúde, ministro do PT, e está agora negociando com o PMDB, vendendo o Ministério da Saúde para o PMDB.

Esse loteamento de cargos é feito em praça pública, sem nenhum tipo de vergonha. A imprensa notícia, todo mundo sabe. Parece que virou um lugar comum, uma paisagem natural. Ninguém liga mais para o fato de que a presidente esteja negociando ministérios importantes, como o da Saúde e o da Educação, apenas para acomodar pessoas que tenham vínculos partidários logicamente com partidos que dão a ela sustentação. O mesmo acontece aqui na Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais, esse é um fato generalizado.

Mas é inconcebível, é vergonhoso, é nefasto que, em dez meses, nós tenhamos três ministros da Educação. Isso mostra que aquele slogan que a presidente da República lançou no início de seu mandato, em janeiro, logo nos primeiros dias, que o Brasil seria pátria educadora, é tudo mentira, é uma farsa muito grande, porque nós estamos vivendo a pátria deseducadora. Além de nomear ministros a todo instante, ela também cortou verbas do Ministério da Educação. Logo que assumiu a Presidência, lançou em um dia o slogan da farsa da pátria educadora e, em outro dia, a presidente cortou quase dez bilhões de reais do orçamento da Educação, prejudicando as universidades federais e a Educação Básica brasileira que tanto precisa de recursos.

Quero fazer esse registro, dizendo que a pátria educadora é uma verdadeira farsa, uma verdadeira mentira. Além dos cortes no orçamento da Educação Pública, a presidente demitiu agora um ministro que tinha acabado de ser nomeado, não ficou nem seis meses no cargo. Um professor de Ética da Faculdade de Filosofia da USP foi exonerado para que a presidente pudesse acomodar o ex-ministro da Casa Civil, que saiu por pressões, porque vai ter reforma ministerial, porque o PMDB quer mais cargos e o governo está cedendo todos os cargos para o PMDB. É lamentável, Sr. Presidente, que a Educação esteja nessa situação. Isso mostra que o Brasil não leva a sério mesmo a Educação Pública.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, gostaria de falar pelo Art. 82 em nome do SD.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim para falar pelo Art. 82 em nome do SD.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - ART. 82 - Sr. Presidente, eu, há mais de seis meses, estou aqui comentando a dificuldade das Santas Casas. Mês passado o deputado Coronel Telhada chegou apavorado após uma reunião que ele teve na Santa Casa de Lorena e disse: "Nós não podemos deixar a Santa Casa fechar". Nós já sabemos que há risco de fechar a Santa Casa de Cruzeiro, Lorena e Guaratinguetá e há superlotação nas Santas Casas de Taubaté e de São José dos Campos. Em Jacareí a Santa Casa também está fechando.

Pasmem a nota de hoje. Estou na minha casa e ligam dizendo que estão encerrando as atividades da Santa Casa de Cruzeiro. Foi isso o que disse o secretário de Saúde de Cruzeiro. Ele disse que toda direção está pedindo demissão porque não foi dado ouvido ao que nós pedimos.

Ontem, às quatro e meia da tarde, o deputado Hélio Nishimoto, o deputado Afonso Lobato e eu, representando a Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Paraíba, fizemos uma reunião de emergência, alertamos e pedimos ao governo que, por favor, desse atenção ao prefeito de Cruzeiro, pois a situação era grave. Hoje tivemos essa notícia do fechamento.

A preocupação nossa é que há 11 cidades no entorno, uma Santa Casa que tem 10 leitos de UTI, um pronto-socorro que embora seja do município atende toda a população que se acidenta em uma daquelas estradas. Aproximadamente seis autoestradas cortam a cidade de Cruzeiro, inclusive a Dutra. Essa população não sabe para onde ir.

No momento em que ligava para mim, dizia o Dr. Orlando, que era o provedor - e pediu demissão hoje: "Olha, está à minha porta, agora, um caso de eclâmpsia. É uma paciente com hipertensão. Está no oitavo mês, ou na 36ª semana, de gestação. Eu tenho que operar e não posso dizer 'não'." Subiu para operar a paciente e parou a conversa comigo. Todos pediram demissão.

Agora, esse cabo de guerra puxa o Governo do Estado para cá, por meio dos seus secretários, puxa o ministro da Saúde para lá, por meio e juntamente com a presidente Dilma. A culpa é da falta de aumento, da falta de repasse. A culpa é daqui, pois nós não repassamos nem as emendas que tínhamos para as Santas Casas. E a situação é essa.

Alí, ligam e dizem assim: "Nós temos quatro 'Pró-Santas Casas' atrasados. Completou o quarto atraso." Era o que fazia manter o pagamento dos médicos, com a Santa Casa estruturante. Mesmo assim, não foi dada a atenção para a Santa Casa.

Ontem eu dizia aqui que mais de 50 Santas Casas vão fechar. Espero que não sejam as Santas Casas que são referência para uma certa região. Porém, não está sendo assim. Eles estão deixando fechar as que são referência.

Lamentavelmente, esse embate de forças só leva a uma derrota, a uma perda, que é a perda da população carente, que usa o SUS ou que está transitando naquela região neste momento ou a qualquer momento. Então, eu lamento essa conduta de só colocarmos a culpa no outro e não darmos atenção.

É uma pena o deputado não ter condição de assinar nem uma emenda, para mandar para lá, para socorrer - que seriam os dois milhões que nós teríamos. Nós juntaríamos o grupo de deputados que compõem a Frente Parlamentar e faríamos uma doação, cada um, de 400 mil reais. Nem isso nós podemos, porque não pagam as emendas. Então, eu estou sentido. Digo assim: "Vou chegar nervoso, tenso." Porém, não se pode.

Governador Geraldo Alckmin, V. Exa. sempre teve parceiros na cidade de Cruzeiro. Em sua primeira eleição como deputado estadual, seu parceiro era um deputado federal de Cruzeiro. Então, dê uma atenção. Ligue agora para o prefeito. Faça alguma coisa. Não somos nós que estamos aqui que vamos sofrer. Eu vou sofrer porque vai muita gente dizer: "Você não é médico?" Eu estou deputado, mas eu não tenho a caneta.

Lamento muito o que está acontecendo e peço ao David Uip, ao Pollara, ao Afonso ou à Viviane, a quem for da Secretaria e puder, que deem a atenção necessária, pois o caos vai haver. A próxima vai ser a de Guaratinguetá, onde está havendo reunião, hoje. A de Ubatuba também vai fechar. Ai vem Lorena, porque vai ficar superlotado. Jacareí, e aí? E aí, continua o cabo de guerra? Não, eu acho que não está certo. Acho que o certo é dizer: "O que nós podemos fazer? Como nós podemos solucionar este caso?"

Sr. Presidente, desculpe-me por esse desabafo, mas ele vem no fundo da minha alma, não só como deputado, mas também como médico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência se congratula com V. Exa., por sua preocupação, que é uma preocupação nobre, porque a Saúde é o bem maior. Vossa Excelência tem assomado à tribuna diuturnamente para brigar por uma causa muito nobre: a Saúde, essa Saúde que não temos, essa Saúde que está abandonada. Eu também já indiquei emendas. Se tivesse emendas a serem pagas eu indicaria para Cruzeiro, como V. Exa. está fazendo, pois são justas e importantes. Mas, infelizmente, isso não é possível. Infelizmente Santas Casas e hospitais filantrópicos estão fechando. Agora nunca vi botecos, locais onde menores se embedam, se drogam, locais que exploram a prostituição infantil, fecharem. Isso não fecha, interessante, não!

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, fico muito contente com as suas palavras e digo mais: se cada deputado desse 40 mil reais de emenda nós salvaríamos essa Santa Casa, nós estaríamos ajudando praticamente 400 mil pessoas. Trata-se até de um apelo. Se não há o dinheiro, pelo menos deixem que a gente repasse essa verba. Tenho certeza de que todos os deputados, sem distinção de partido, fariam isso porque todos que estão aqui recebem todo dia um pedido de ajuda. Pode ser de uma Santa Casa, pode ser pessoal, porque à toa é que não se vêm para cá.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Com certeza e aqui quero lembrar a fábula do beija-flor, que de gotinha em gotinha fazia a sua parte para ajudar a apagar o incêndio na floresta.

Quarenta mil reais de emenda por deputado ajudaria uma Santa Casa, só que todas as Santas Casas estão em dificuldades. Não é só a de Cruzeiro. Na terra onde nasci, Pacaembu, também enviei emenda, mas quero mais uma vez parabenizar a fala, a preocupação, a indignação, o constrangimento do nobre deputado Luiz Carlos Gondim que, médico como eu, sabe da importância que têm as Santas Casas e os hospitais filantrópicos no atendimento médico-hospitalar dessa população que não tem onde se socorrer.

Havendo acordo entre as lideranças esta Presidência, antes de levantar a presente sessão, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar amanhã, às 10 horas, em homenagem a entidades representativas da Polícia Militar do estado de São Paulo.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 48 minutos.

2 DE OUTUBRO DE 2015 114ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e LUIZ CARLOS GONDIM
Secretário: LUIZ CARLOS GONDIM

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

3 - JOOJI HATO

Cita projeto de lei, de sua autoria, aprovado quando vereador da Capital, que dispõe sobre a plantação de árvores frutíferas no município. Lembra a elaboração de matéria similar, com o nome de projeto Pomar, pelo Governo do Estado. Discorre sobre a necessidade de instalação de pisos drenantes na cidade de São Paulo, com o intuito de minimizar problemas de enchentes causados pela impermeabilização do solo. Menciona que a quebra da cadeia ecológica, pela falta de árvores, é fator que favorece a proliferação de cupins na cidade. Ressalta importância da Lei Seca como medida de combate ao alcoolismo.

4 - JOOJI HATO

Assume a Presidência. Parabeniza a cidade de Cruzeiro pelo seu aniversário. Convoca as seguintes sessões solenes: dia 16/11, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de "Homenagear o Dr. Claudio Lottenberg, presidente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein", por solicitação do deputado Delegado Olim; e dia 30/11, às 19 horas, para "Comemorar o Dia do Radialista", a pedido do deputado Ed Thomas.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM

Lamenta a possível inativação da Santa Casa de Cruzeiro. Comemora a aprovação da Lei Específica Alto Tietê Cabeceiras, que almeja regularizar a situação fundiária de municípios da região, possibilitando, ainda, a recuperação ambiental da área. Parabeniza o governo estadual pela criação de projeto que prevê a plantação de milhões de árvores, com o propósito de recuperar nascentes na região do Alto Tietê.